

Feminização da agricultura

Vários autores têm verificado em diferentes contextos socioeconómicos uma evolução crescente da participação da população feminina na população activa agrícola, realidade que vem sendo designada por «feminização» da agricultura¹.

Entre nós, embora a análise da informação estatística contida nos últimos censos evidencie um crescente envolvimento de mão-de-obra feminina, quer em termos absolutos, quer relativamente à mão-de-obra masculina, nas várias categorias estatísticas de população activa agrícola, tem sido sobretudo nas categorias de «isolados» e «trabalhadores familiares não remunerados» que aquela tendência mais se tem vindo a acentuar². Uma vez que a estas categorias corresponde a grande maioria da população envolvida no sector da agricultura familiar³, pode-se deduzir que tem sido essencialmente aqui que o processo de «feminização» é mais evidente.

A análise da informação estatística possibilita-nos, pois, inferir tendências de evolução da composição por sexo da população activa agrícola, permitindo-nos dizer se se está ou não perante a ocorrência daquele processo. Mas a informação estatística, só por si, não nos permite saber⁴ concretamente qual o significado e as características daquele processo, qual o seu impacte quer ao nível da unidade de produção/reprodução (exploração agrícola/grupo doméstico), quer ao nível do próprio sector agrícola, nem quais as «forças» que o têm feito progredir e porquê. Há pois que analisar o conteúdo do conceito — até aqui utilizado essencialmente enquanto conceito teórico e descritivo duma realidade que é complexa —, para o que a recolha de informação de natureza qualitativa se apresenta indispensável.

* Instituto Superior de Agronomia.

¹ Cf. Carminda Cavaco, «A mulher na agricultura portuguesa», comunicação apresentada no Seminário Internacional sobre as Agriculturas da Europa Mediterrânea: os Homens e o Trabalho, Madrid, 1981; João Ferrão, «Evolução e estrutura regional das classes sociais em Portugal (1969-1970)», in *Finisterra*, vol. XVII, n.º 34, 1982; Manuela Silva, *O Emprego das Mulheres em Portugal*, Porto, Afrontamento, 1983; Michael Cernea, «Macrosocial Change, feminization of agriculture and peasant women's threefold economic role», in *Sociologia Ruralis*, vol. XVIII, 1978; Corrado Barberis, «La femme dans l'agriculture italienne», in *Études Rurales*, n.º 10, 1963.

² Cf. João Ferrão, «Evolução (...)», cit.

³ Por agricultura familiar entendo aquela que se rege por relações de produção não capitalistas, onde a maior parte, ou mesmo a totalidade, do trabalho agrícola é executado pelos membros do grupo doméstico, o qual, conjuntamente com a unidade de produção — a exploração agrícola —, constitui uma célula única, o que tende a conferir a este «tipo» de agricultura uma lógica de funcionamento económico e social que lhe é específica. Será este sector da agricultura que estará subjacente à análise a desenvolver ao longo deste texto.

⁴ Isto devido não só às limitações inerentes a dados quantitativos globais, mas também ao pequeno grau de fiabilidade desta informação estatística. Este último aspecto assume particular importância quando nos debruçamos sobre a agricultura familiar, já que, nesta situação, os pressupostos subjacentes às categorias e indicadores estatísticos se revelam desajustados, como analisámos noutro texto. Cf. Isabel Rodrigo, «As estatísticas e o trabalho feminino», in *Revista de Estudos de Economia*, 1985, a publicar.

Neste sentido, tentámos analisar um dos aspectos nele contidos, nomeadamente as alterações que a saída do homem da exploração agrícola trouxe ao funcionamento desta. O estudo deste caso permite evidenciar que por detrás das alterações registadas ao nível da informação estatística, atrás referidas, estão outras mais profundas, que ultrapassam as próprias fronteiras da exploração agrícola/grupo doméstico e se articulam com o funcionamento da sociedade na sua globalidade.

O processo de «feminização» da agricultura tende a estar associado aos fenómenos da emigração e da industrialização. O caso que estudámos é um caso particular, porque localizado ao nível de uma freguesia e porque a ocorrência daquele processo foi analisada essencialmente em situação de pluriactividade, já que a emigração não teve grandes repercussões na freguesia. Há também a referir o facto de, nos casos analisados, a saída do homem da exploração se ter dado para os sectores da construção civil e da indústria, a qual, nesta zona, procura preferencialmente⁵ mão-de-obra masculina, aspecto que, na realidade, não é uniforme em todo o sector secundário. Refiram-se, a título de exemplo, os ramos da electrónica e dos têxteis que empregam predominantemente, como se sabe, força de trabalho feminina.

INDUSTRIALIZAÇÃO E «FEMINIZAÇÃO» DA AGRICULTURA

Como referimos, a industrialização é um dos fenómenos mais referidos, por vários autores, como sendo responsáveis pelo processo da «feminização» da agricultura, o qual, por vezes, actua conjuntamente com outros.

Cernea⁶, referindo-se às alterações estruturais ocorridas na agricultura romena — a colectivização, que temporalmente coincidiu com um forte surto de industrialização —, aponta o grande aumento do número de mulheres a trabalhar na agricultura como tendo sido o fenómeno mais extenso resultante daquelas alterações, fenómeno que, aliás, não fora previsto.

Enquanto a colectivização da agricultura, ao enfraquecer a tradicional ligação dos agricultores às suas explorações agrícolas e ao generalizar a mecanização da agricultura, permitiu libertar do trabalho agrícola um grande número de pessoas, o processo de industrialização encorajou esta saída de mão-de-obra da agricultura, já que ela encontrava no exterior uma alternativa de emprego.

Todo este processo, que Cernea chama «feminização» da agricultura, se veio a traduzir pela «entrega» à mulher do sector de actividade económica que gradualmente se iria tornando menos prestigiante e compensador, já que foi particularmente ao homem que foram oferecidas oportunidades de emprego fora da agricultura⁷. Esta ocorrência viu-se, certamente em grande

⁵ Refira-se, como excepção, o caso de uma pequena indústria de tijolos que empregava maioritariamente população feminina jovem.

⁶ Michael Cernea, «Macrosocial (...)», cit.

⁷ No entanto, esta tendência parece conhecer excepções. Disso dá-nos conta Rupena-Osolnik, que, referindo-se à experiência jugoslava e salientando que a situação não é semelhante em todo o país, nota que, na generalidade, o número de mulheres que trabalham fora da exploração agrícola está a aumentar, enquanto os maridos vão aí permanecendo. A autora indica a melhoria do nível de rendimento e o desejo de se tornarem independentes como as principais razões para estas alterações na divisão do trabalho. Cf. Mara Rupena-Osolnik, «The role of farm women in rural pluriactivity: experience from Yugoslavia», in *Sociologia Ruralis*, vol. XXIII, n.º 1, 1983.

parte, reforçada e justificada pelas restrições que a função de mãe (especialmente nos primeiros estágios de vida da família) impõe à mulher.

Estas restrições, associadas a condicionantes exteriores — como Barberis refere, «a feminização da agricultura não é resultado da livre escolha das mulheres, mas antes resultante de determinantes socioeconómicas exteriores»⁸ —, nomeadamente os diferentes custos de oportunidade da força de trabalho masculina e feminina no mercado de trabalho, explicam que as estratégias familiares, entendidas como mecanismos de ajuste e redistribuição dos elementos produtivos que a exploração agrícola/grupo doméstico dispõe, tendam a eleger a mulher como o elemento do grupo doméstico que melhores condições reúne para permanecer na exploração agrícola⁹.

Daí que a população agrícola que tende a permanecer na agricultura seja geralmente aquela que não encontra no exterior alternativas suficientemente compensadoras. Isto é, quando o valor total da produção de bens e serviços, realizada ao nível da exploração agrícola/grupo doméstico, excede o rendimento que a mulher auferiria no mercado de trabalho. Saliente-se que o rendimento proveniente da exploração, de importância vital para o normal funcionamento daquela unidade, ultrapassa a mera contabilização em termos monetários, pois abrange outros valores e objectivos de natureza não económica, os quais estão subjacentes ao funcionamento deste tipo de agricultura, garantindo-lhe especificidade própria e estando assim ligados às decisões tomadas no seu interior.

Pode-se então dizer que o processo de «feminização» da agricultura se tem devido essencialmente a duas ordens de factores: as restrições que os trabalhos domésticos e a função de mãe impõem à mulher e a maior procura, por parte do mercado de trabalho, de força de trabalho masculina, o que vem provocando graves desequilíbrios, em termos de sexo e idade, na população activa agrícola, já denominada por vários autores «população residual» e que, de um modo geral, reúne as características de envelhecimento, feminização e meridionalização¹⁰.

FEMINIZAÇÃO DA AGRICULTURA: ESTUDO DE UM CASO

Tentaremos agora dar conta das principais conclusões retiradas da análise da informação empírica que recolhemos e que dizem respeito às alterações que a saída do homem da exploração agrícola trouxe ao funcionamento desta. No trabalho de campo inquirimos situações em que o homem trabalhava com a mulher na exploração agrícola, conjuntamente ou não com os filhos e outros familiares, e outras em que a mulher tinha a seu cargo todo o trabalho agrícola, que no texto serão designadas por situações em que a mulher é a produtora agrícola. Inquirimos nestas circunstâncias mulheres solteiras e viúvas, mulheres cujos maridos haviam emigrado e,

⁸ Corrado Barberis, «La femme (...)», cit.

⁹ A mulher há ainda que juntar as chamadas «ajudas familiares», as crianças e as pessoas idosas, que em certa medida partilham situação idêntica. Isto levou a que estes grupos sociais fossem já chamados «classes protagonistas da agricultura a tempo parcial» (cf. Carmina Cavaco, «A agricultura a tempo parcial: expansão, diversidade e significado económico, social e geográfico», in *Economia*, vol. V, n.º 2, 1981).

¹⁰ Cf. Carmina Cavaco (1981) «A agricultura a tempo parcial (...)», cit.

finalmente, casos de pluriactividade¹¹, os quais constituíram, como já referimos, a maior parte dos casos inquiridos¹². A recolha de dados sobre situações distintas — presença e ausência do homem enquanto produtor agrícola — permitiu-nos analisar e concluir não só sobre alterações verificadas ao nível da divisão do trabalho, mas também sobre o significado destas no que se refere a modificações nos próprios sistemas de produção e de cultivo.

Convém referir que os dados que serviram de base à nossa análise foram obtidos por inquérito directo e se reportam ao ano agrícola de 1982-83. Utilizámos em todas as situações inquiridas três guias de inquérito, nomeadamente os inquéritos aos resultados do exercício da exploração agrícola e às receitas e despesas da família do CEEA¹³, onde introduzimos algumas alterações, e ainda um outro, por nós elaborado e que tinha como objectivo recolher informação detalhada sobre os trabalhos agrícolas. Assim, com base no conhecimento prévio dos sistemas de produção e das actividades pecuárias praticadas na freguesia, elaborámos um guia de inquérito onde se especificaram para cada cultura as suas várias operações culturais e os vários tipos de trabalho que as diferentes actividades pecuárias praticadas exigem.

A freguesia em que decorreu o nosso trabalho de campo, quer no que respeita às culturas praticadas, quer quanto à estrutura das explorações agrícolas, pode ser considerada representativa da zona onde está integrada.

Localizada numa «zona de produção animal muito vincada para a aptidão leiteira»¹⁴, os sistemas de produção aí praticados estão naturalmente orientados para esta actividade agrícola, a qual assenta, predominantemente, em explorações agrícolas de pequenas dimensões¹⁵. Estas explorações são, na sua esmagadora maioria, familiares, tal como aliás sucede ao nível do concelho e do distrito¹⁶.

As produções agrícolas destas explorações familiares destinam-se à satisfação das necessidades de autoconsumo da família e de auto-provisionamento da exploração agrícola, sendo a batata e por vezes o

¹¹ Embora, ao longo do texto, todas estas situações sejam designadas conjuntamente por situações em que a mulher é a produtora agrícola, quando a presença próxima do homem — casos de pluriactividade — traz consequências que nos parecem dever ser registadas, elas serão individualizadas.

¹² Estou, pois, a considerar que as situações inquiridas de «agricultura a tempo parcial» são um «subtipo» da agricultura familiar, já que a maior parte, se não mesmo a totalidade, do trabalho agrícola é feito sem recurso à mão-de-obra assalariada. Não vou debater a questão de se estas situações constituem, ou devam ser consideradas, um tipo de agricultura com as suas especificidades próprias, ou se, pelo contrário, deverão ser incluídas no tipo «agricultura familiar», já que obedecem à lógica de funcionamento económico desta.

¹³ Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian.

¹⁴ Cf. Vítor Coelho Barros (1983), «Sistemas de produção leiteiros da Beira Litoral», in *Intensificação da Produção Leiteira*, Aveiro, Lacticoop, p. 88.

¹⁵ Ao nível do concelho de Vagos e do distrito de Aveiro, 86,4% e 86,5% do número total das explorações agrícolas possuem áreas inferiores a 3 ha, as quais ocupam, respectivamente, 58,8% e 38,5% da área total das explorações agrícolas. Das explorações que se dedicam à criação de bovinos, que representam respectivamente 56% e 88% do número total das explorações agrícolas do distrito e do concelho, as classes de área que possuem maior efectivo leiteiro são, por ordem decrescente, as de 1-2 ha, 0,5-1 ha, 2-3 ha e 0-0,5 ha no caso do distrito e de 1-2 ha, 2-3 ha, 0,5-1 ha e 0-0,5 ha no caso do concelho. Cf. INE, *Recenseamento Agrícola do Continente*, 1979, Lisboa. Aliás, este quadro geral já se registava em 1968: cerca de 80% do efectivo leiteiro do distrito encontrava-se nas explorações com área inferior a 4 ha. Cf. Vítor Coelho Barros, «Sistemas de produção (...)», cit.

¹⁶ 96,5% e 98,6% do total das explorações do distrito e do concelho são familiares. Cf. INE, *Recenseamento Agrícola (...)*, cit.

milho as culturas que essencialmente se destinam à venda, para além do leite e das crias dos bovinos.

Das explorações familiares do concelho, 69% contribuem com mais de 50% para o total do rendimento do agregado doméstico¹⁷. No entanto, se analisarmos a composição por sexo da mão-de-obra agrícola, que é predominantemente familiar¹⁸, verificamos que, ao nível do concelho, é essencialmente a população feminina do agregado doméstico do produtor que trabalha, a tempo completo, na exploração agrícola¹⁹.

Ou seja, estes valores sugerem-nos que o trabalho da mulher na exploração tem um contributo significativo para o rendimento do agregado doméstico.

Este facto pode, aliás, ser confirmado através da informação que recolhemos ao nível da freguesia. Na realidade, nos casos de pluriactividade que inquirimos, as receitas provenientes da exploração agrícola contribuíram, em média, com cerca de dois terços para o total do rendimento do agregado doméstico. De salientar que este valor, por nós contabilizado, diz somente respeito à venda dos produtos agrícolas, onde o leite é, sem dúvida, a produção que mais peso tem no total das vendas²⁰, seguindo-se-lhe a batata. Se agora tivermos em consideração os produtos destinados ao auto-provisionamento da exploração e os consumidos pela família provenientes da exploração agrícola, aquela contribuição assume uma importância muito maior²¹.

Do universo das unidades de pluriactividade inquiridas ressalta que é a saída do homem da exploração para se dedicar a outras actividades — regra geral, mais compensadoras do ponto de vista social — que, em termos da informação estatística, confere visibilidade à mulher enquanto produtora agrícola.

Na realidade, todas as mulheres inquiridas já trabalhavam no campo antes de casarem e continuaram a fazê-lo depois da casadas, mesmo antes de o marido ter abandonado a actividade agrícola. O que actualmente sucede é que, para além dos trabalhos domésticos, elas têm a seu cargo os trabalhos agrícolas, que anteriormente eram repartidos pelo casal ou mesmo da responsabilidade do marido. Pode-se pois afirmar, com base nos dados recolhidos, que a saída do marido da actividade agrícola representou para elas uma sobrecarga de trabalho, já que não houve alterações nos sistemas de produção anteriormente praticados, não se verificou maior recurso à mão-de-obra assalariada, nem houve redução da área cultivada.

17 Cf. INE, *Recenseamento Agrícola (...)*, cit.

18 Ao nível de concelho, o número de explorações que recorrem à mão-de-obra assalariada permanente e eventual é insignificante no primeiro caso e representa 29,3% do total de explorações no segundo caso. Cf. INE, *Recenseamento Agrícola (...)*, cit.

19 Esta tendência é, aliás, confirmada pelos dados do último *Recenseamento Geral da População*. Ao nível do distrito, a população activa agrícola feminina é superior à masculina, não só no que respeita aos valores totais, mas também em todos os escalões de horas de trabalho na semana de referência definidos pelo INE. Cf. INE (1981), *XII Recenseamento Geral da População*, Lisboa, 1981.

20 O leite representa, em média, mais de metade do total das vendas da exploração.

21 Na realidade, verificámos que, em todos os casos em que o homem tinha uma ocupação exterior à exploração, a remuneração do seu trabalho não tinha grande peso no total do rendimento do agregado doméstico. No entanto, o facto de esta contribuição ser fixa e estar mensalmente garantida dá uma certa segurança à família, uma vez que lhe permite planejar sem incertezas determinadas despesas fixas. Este facto leva os membros da família a atribuir a esta receita exterior à exploração agrícola uma importância superior à que de facto possui, como pudemos apurar comparando-a com as receitas monetárias provenientes da exploração.

Pelo contrário, nalguns casos ainda se registou um aumento desta área, e consequentemente de trabalho, por terem tomado terra de renda e por o efectivo leiteiro ter aumentado. Refira-se também que este aumento na área cultivada e no efectivo pecuário se deu, sobretudo, nas situações de pluriactividade em que os filhos já tinham chegado à idade escolar, o que, na prática, significou para a mulher uma redução do tempo dedicado aos filhos e, até certo ponto, às lides domésticas, que ela pôde deste modo preencher com trabalho na exploração.

No que respeita à mecanização, verificou-se que, nos casos em que as explorações grícolas já possuíam tractor antes de o marido se ter dedicado a outra actividade, é este que, ao fim-de-semana ou ao fim da tarde, executa as operações culturais mais «pesadas», nomeadamente as lavouras e as fresagens.

Nos casos em que a exploração anteriormente não possuía tractor, a mulher recorre ao aluguer de tracção mecânica, em geral também somente para a realização daquelas mesmas operações. Em nenhum dos casos inquiridos se registou a aquisição de tractor após a saída do homem para outra actividade. Já nas situações em que o homem trabalha na exploração, o recurso à mecanização é muito maior, dado que o tractor é utilizado para outras operações culturais. Em todos os casos, os trabalhos mecanizados são realizados por força de trabalho masculina (alugada, do marido ou dos filhos) e, num dos casos inquiridos, embora duas das filhas possuam carta de tractorista, são, no entanto, o irmão mais novo e o pai que executam os trabalhos mecanizados.

Embora, como já foi referido, após a saída do homem da exploração agrícola e do trabalho na agricultura em geral, não se tenham registado modificações ao nível dos sistemas de produção praticados nem dos destinos das produções agrícolas, verificaram-se alterações ao nível dos trabalhos agrícolas que a mulher passou a executar. Ao dar conta de algumas destas alterações, as que consideramos mais significativas, referiremos igualmente vários aspectos, sobretudo relacionados com o trabalho, que de certo modo caracterizam as explorações agrícolas em que a mulher é a produtora agrícola.

Assim, verifica-se que são estas últimas explorações as que mais recorrem ao trabalho de entreaajuda, de familiares e/ou de vizinhos, embora por vezes também recorram à mão-de-obra assalariada, mas unicamente nos períodos de maior actividade e por um espaço de tempo bastante reduzido, e as que menos utilizam trabalho mecanizado. De um modo geral, estas explorações tendem também a ter uma área total cultivada inferior²² à daquelas em que o homem trabalha na exploração agrícola²³ e todos os trabalhos respeitantes à componente produtiva, com excepção dos mecanizados, como já vimos, estão a cargo de mulher.

Outra questão que nos parece ser de referir, e que é comum a ambas as situações, é o facto de os trabalhos relativos às actividades pecuárias estarem sempre a cargo da mulher. Para além dos animais de capoeira e de um ou dois porcos destinados ao autoconsumo da família, a mulher é ainda responsável pelos trabalhos relativos à actividade leiteira, desde a alimenta-

²² Nunca superior a 2 ha, segundo a informação obtida em todos os casos inquiridos na situação de pluriactividade e de ausência do elemento masculino.

²³ Embora em ambas as situações não se verifique predomínio de uma forma de exploração — conta própria ou arrendamento.

ção do gado, limpeza dos estábulos e ordenha manual, quando existe, trabalhos que ela por vezes realiza com a ajuda dos filhos menores. É sobretudo nos casos em que a mulher é a produtora agrícola que se verifica um maior recurso ao trabalho das crianças. Estas, para além de executarem alguns trabalhos domésticos, o que sucede só com as filhas, ajudam a mãe a dar de comer ao gado e sobretudo a levar e trazer a(s) vaca(s) à sala de ordenha colectiva, trajecto que é obrigatoriamente feito duas vezes por dia e que ocupa um certo tempo, já que ao tempo gasto nas deslocações há ainda a adicionar o de espera para a ordenha.

Embora, actualmente, a ordenha seja, na esmagadora maioria dos casos, realizada nas salas de ordenha colectiva, quando esta era manual, ou nos casos em que ainda é, estava sempre a cargo da mulher.

Tal facto é, aliás, também salientado num trabalho recente realizado no concelho de Mafra, onde se conclui que, quando a ordenha é manual, é sempre o trabalho da mulher o principal factor que determina o número de vacas de leite na exploração. E, nas situações em que aquela, por qualquer razão, fica impossibilitada de o fazer, as vacas são vendidas, mesmo que o homem trabalhe na exploração agrícola²⁴. Na realidade, a atribuição à mulher dos trabalhos com o gado em geral, e a ordenha manual em particular, parece ser uma constante que se verifica em diferentes contextos socioeconómicos, como pudemos verificar na bibliografia consultada.

No entanto, e no caso de as explorações inquiridas possuírem sala de ordenha mecânica própria, o que só encontramos nas situações em que o marido trabalhava na exploração, enquanto a limpeza da sala, dos animais e do equipamento é feita pela mulher, já a ordenha mecânica é feita por aquele. Em todas as situações, quem assiste aos partos do gado bovino é o homem. Porque «os homens têm mais força para puxar o vitelo», foi a razão apresentada para justificar a exclusividade masculina deste trabalho.

No que respeita à comercialização, verifica-se que, quando a mulher é a produtora agrícola, raramente vai à feira vender os produtos, a exemplo do que sucede nas situações em que o homem trabalha na exploração. Nos casos em que é a mulher a vender os produtos, fá-lo sempre a intermediários, e aqui, por vezes, o marido vai primeiro à feira saber dos preços aí praticados, fornecendo depois esta informação à mulher, para que esta fique assim com uma base para a discussão com o intermediário. No entanto, a decisão sobre o que vender e a altura de o fazer é, em todas as situações e segundo informação das mulheres inquiridas, sempre tomada com o comum acordo do casal.

Parece, pois, que o facto de o marido estar ausente da exploração não confere, na maior parte dos casos das mulheres produtoras agrícolas inquiridas, maior mobilidade à mulher nem lhe proporciona outro tipo de contactos. As razões apontadas para este comportamento foram que «quem vai à feira para fazer negócio são os homens, as mulheres vão à feira para comprar coisas miúdas», resposta que reflecte, sem dúvida, o peso ideológico de espaços, associados a poderes/autoridades, distintos. Ou seja, a distinção entre o espaço exterior ou público, que é associado à figura masculina, à venda de produtos agrícolas e à imagem de uma profissão: a de produtor agrícola que «vê» uma contrapartida monetária do produto do seu trabalho, e o espaço interior, privado ou doméstico, que é traduzido com uma conota-

²⁴ Cf. Pilar Baptista (trabalho ainda não publicado), Departamento de Estudo de Economia Agrária e Sociologia Rural do INIAER.

ção, até certo ponto, dependente e subordinada — «compra de coisas miúdas» — e associado à figura feminina.

Também nos casos inquiridos de mulheres solteiras, viúvas ou cujo marido tinha emigrado, a venda dos produtos era feita sempre ao intermediário.

Finalmente, gostaríamos de referir somente alguns comentários sobre a denominada «introdução de inovações», já que, até à altura em que realizámos os inquéritos (finais de 1983), o número de explorações agrícolas que tinham pela primeira vez feito silagem, para deste modo reduzirem as despesas com os concentrados, cujo preço acabava de registar um aumento acentuado²⁵, era ainda reduzido, pelo que não poderemos retirar conclusões dos dados obtidos sobre esta questão.

Assim, e meramente a título de referência, deixamos aqui a indicação de que, embora a esmagadora maioria dos casos que tinham seguido esta inovação técnica²⁶ tivessem sido aqueles em que o homem trabalhava na exploração, inquirimos também uma mulher produtora agrícola que tinha seguido os conselhos técnicos e feito silagem.

Até que ponto esta opção foi seguida por outras mulheres, sobretudo tendo em conta os importantes aumentos de preço dos concentrados verificados posteriormente, seria uma questão interessante de analisar, já que ela remete para a conhecida questão da «recusa à inovação» por parte dos agricultores familiares em geral e das explorações a cargo de mulheres em particular, tão referida por certa bibliografia.

NOTAS CONCLUSIVAS

Em suma, e com base no que acabámos de expor, parece podermos concluir que na comunidade onde decorreu o nosso trabalho de campo, nos casos em que a mulher é a produtora agrícola e o homem tem outra actividade económica, não se registam alterações significativas que nos permitam dizer que o processo de «feminização» incidiu ou teve repercussões ao nível da gestão, adopção e utilização dos *inputs* produtivos, do controlo do processo produtivo, ou do controlo sobre o produto agrícola por parte da mulher²⁷. A presença próxima do homem parece, pois, limitar a amplitude daquele processo, já que, nos casos das mulheres solteiras e viúvas inquiridas, ele já tende a abranger aquelas diferentes componentes que o exercício do processo produtivo comporta.

²⁵ Cerca de 58%, enquanto, nesse mesmo período, o preço do litro de leite tinha registado somente um aumento da ordem dos 12%.

²⁶ De salientar que esta técnica estava ainda na sua fase de divulgação, pelo que contava com um forte e efectivo apoio dos técnicos da Cooperativa Agrícola e Leiteira de Vagos.

²⁷ Uma outra questão muito referida pela bibliografia, e quase sempre discutida somente em termos teóricos, como podendo ser tomada como indicador das possíveis alterações na posição da mulher resultantes de um processo de feminização é a dimensão do poder/autoridade e tomada de decisão, analisadas quer no âmbito do grupo doméstico, quer no que respeita ao exercício da actividade agrícola e funcionamento da própria exploração. No entanto, o apuramento empírico destas dimensões coloca problemas e dificuldades de vária ordem, como analisámos noutra trabalho (cf. Isabel Rodrigo, *The Impact of Emigration on the Position and Work Situation of Portuguese Rural Women: a Theoretical-Methodological Introduction to its Study*, tese de mestrado apresentada no Institut of Social Studies, Haia, 1983). Por esta razão, e porque a metodologia seguida não é a mais indicada para recolher este tipo de informação, afastámos, logo no início do nosso trabalho, estas questões das nossas preocupações.

A informação recolhida sugere, pois, que a saída do homem da exploração e do sector agrícola, em geral para outras actividades, teve uma «função de substituição», como Barberis refere²⁸, principalmente ao nível do factor trabalho e da força do trabalho agrícola. É aqui que se verificam, de facto, alterações significativas ao nível da saída da força de trabalho masculina do sector, a qual conseguiu mesmo superar padrões ideológicos dominantes que até aí suportavam e legitimavam formas rígidas de divisão de trabalho por sexo. Esta não é, pois, estática, como certas tentativas de explicação, que repousam em determinismos de natureza cultural, sugerem. Pelo contrário, alterações na divisão sexual do trabalho devem ser analisadas tendo em conta o contexto socioeconómico mais vasto, nomeadamente modificações registadas ao nível da divisão social do trabalho. Assim, há a registar não só uma proletarização das mulheres como assalariadas agrícolas, mas também que elas passaram a fazer trabalhos que anteriormente eram identificados como sendo da competência do homem. De facto, e ainda com base nos dados recolhidos no trabalho de campo, verifica-se que, ao nível da freguesia, os «trabalhadores ao jornal» são mulheres que executam trabalhos que anos atrás eram feitos por homens por serem considerados «trabalhos muito pesados para as mulheres», nomeadamente: roçar mato, cortar e serrar lenha, cavar e surribar, sulfatar com máquina manual e ainda, embora muito raramente, porque é tido como o «trabalho mais difícil», gadanhar. Por outro lado, em todas as situações por nós consideradas, todos os trabalhos mecanizados continuam a ser da responsabilidade masculina, bem como os que exigem um conhecimento técnico, como a poda. No entanto, e apesar de, ao nível de freguesia, a oferta de mão-de-obra feminina não competir com a masculina, os salários destas mulheres eram, na altura em que realizámos os inquéritos, cerca de 24 % inferiores aos que os homens recebiam naquela zona. Esta tendência — os salários das mulheres serem inferiores aos dos homens — foi uma constante desde sempre, conforme pudemos apurar.

Finalmente, há a salientar que o processo de «feminização» da agricultura não assume, no contexto sob análise, um carácter uniforme, nem as suas repercussões incidem homogeneamente sobre todos os grupos domésticos/explorações agrícolas. Pelo contrário, ele teve efeitos ao nível dos grupos domésticos que controlam recursos produtivos mais escassos. Estão nesta situação aqueles em que a mulher, além de produtora agrícola, é obrigada a vender a sua força de trabalho para complementar o rendimento que obtém da exploração. Inquirimos, nestas circunstâncias, mulheres divorciadas, solteiras de idade já avançada, viúvas com filhos menores, ou seja, mulheres que contam somente com o rendimento do seu trabalho. Para além destas, há ainda a referir as situações em que o marido emigrou e a exploração ficou, por esta razão, a cargo da mulher e, finalmente, as de «agricultura a tempo parcial». Os casos inquiridos nesta última situação parecem ter tido a sua génese numa conjugação de factores «externos» ao sector agrícola e outros que são específicos ao funcionamento de um sector particular da agricultura: a agricultura familiar. Assim:

1. Dentre os factores «externos» sobressaem, pela sua importância, a procura preferencial de mão-de-obra masculina por parte dos sectores de

²⁸ Corrado Barberis, *The Changing Role of Women in European Agriculture*, Roma, FAO, 1972.

actividade económica não agrícolas²⁹ e ainda, tal como nos foi referido por algumas mulheres inquiridas, a carência de apoios sociais: creches, cantinas e facilidades de transporte. Estes aspectos não devem ser ignorados, já que, ao dificultarem a mobilidade das mulheres, especialmente nos primeiros estágios do ciclo de vida da família, as impedem de procurar, ou mesmo de aproveitar, eventuais hipóteses de trabalho alternativo ao trabalho agrícola, hipóteses que tendem a ser mais difíceis de encontrar depois, quando a mulher já tem uma idade mais avançada. Ainda uma outra questão é o grau de instrução das mulheres, que, na esmagadora maioria dos casos inquiridos, é inferior ao dos homens. Embora, actualmente, esta ocorrência tenha tendência para desaparecer, ela ainda se pressente, não tanto ao nível da escolaridade obrigatória, mas mais no que respeita à formação escolar subsequente.

2. No que respeita aos factores que designámos por específicos da agricultura familiar, temos a referir a escassez de recursos produtivos, que, de um modo geral, este tipo de agricultura tende a controlar, e as suas dificuldades em alargar aqueles recursos: por dificuldades de arrendamento e/ou aquisição de terra, por exemplo. Estes dois aspectos levam a que o homem, pelas razões acima referidas, procure fora da exploração agrícola um rendimento complementar com vista a melhorar o nível de vida do grupo doméstico, ficando o trabalho na exploração a cargo da mulher, que o realiza recorrendo à ajuda dos filhos, continuando, deste modo, a família a ser a unidade produtiva básica.

²⁹ Tendência que se mantém. Por exemplo, na freguesia em estudo, enquanto os rapazes têm conseguido trabalho com relativa facilidade na construção civil, as raparigas da mesma idade só encontram essas mesmas oportunidades na agricultura como assalariadas.